

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# CORPOS, SOCIEDADE E ESPAÇOS ACADÊMICOS: IDENTIDADES SUBALTERNAS E O DESAFIO DA CIDADANIA

Welson Santos, Paulo Vitor Teodoro, Flavia Borges Alves

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8470>

Submetido em: 2024-04-17

Postado em: 2024-04-23 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Neil Franco (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1276-8901>)

ARTIGO

**CORPOS, SOCIEDADE E ESPAÇOS ACADÊMICOS:  
IDENTIDADES SUBALTERNAS E O DESAFIO DA CIDADANIA**

**WELSON BARBOSA SANTOS<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6118-2296>  
<[welson.santos@ufu.br](mailto:welson.santos@ufu.br)>

**PAULO VITOR TEODORO DE SOUZA<sup>2</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0939-984X>  
<[Paulovitorteodoro@ufu.br](mailto:Paulovitorteodoro@ufu.br)>

**FLÁVIA BORGES ALVES<sup>3</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9618-403X>  
<[faalvezbb@ufu.br](mailto:faalvezbb@ufu.br)>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba, Minas Gerais (MG), Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba, Minas Gerais (MG), Brasil.

<sup>3</sup> Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba, Minas Gerais (MG), Brasil.

**RESUMO:** O entendimento do corpo como representação social, desvela outros corpos tal qual um correspondente simbólico e indissociável do sujeito da representação e de suas vivências. Isso é o que nos instiga a este artigo-investigação. Além de problematizar as dificuldades enfrentadas pela população transgênero e não-binária no que se refere à inserção social e laboral na sociedade brasileira, parte-se do desafio de reconhecer o transexual como cidadão/ã, apto/a a exercer seus direitos e garantias no Estado Democrático de Direito. Assim, este artigo analisa a percepção do corpo, refletindo sobre o contexto social de pessoas transexuais a partir do espaço acadêmico, especialmente no que se refere as leituras e enfrentamentos que fizeram e fazem para se sentirem incluídos. Para tanto, estabeleceu-se um diálogo entre as teorias de estudiosos como Michel Foucault e Judith Butler e os depoimentos coletados por meios digitais, caracterizando esta pesquisa como qualitativa, descritiva e analítica. Por meio deste movimento, foi possível contribuir na compreensão do processo histórico da configuração social das esferas educacionais de nível superior e da urgência de se discutir as questões de gênero nos espaços escolares, com vistas a promover a inserção dos sujeitos tidos fora da norma tanto no mundo do trabalho, quanto no social e no político, reconhecendo também sua posição de cidadania.

**Palavras-chave:** corpo, subalternização, espaço acadêmico, gênero.

**BODIES, SOCIETY AND ACADEMIC SPACES: SUBALTERN IDENTITIES AND THE  
CHALLENGE OF CITIZENSHIP**

**ABSTRACT:** Understanding the body as a social representation reveals other bodies as a symbolic correspondent that is inseparable from the subject of the representation and their experiences. This is what prompts this research article. In addition to problematizing the difficulties faced by the transgender and non-binary population in terms of social and employment insertion in Brazilian society, the challenge is to recognize the transsexual as a citizen, able to exercise their rights and guarantees in the Democratic

State of Law. Thus, this article analyzes the perception of the body, reflecting on the social context of transsexual people from the academic space, especially with regard to the readings and confrontations they have made and are making in order to feel included. To this end, a dialogue was established between the theories of scholars such as Michel Foucault and Judith Butler and the testimonies collected by digital means, characterizing this research as qualitative, descriptive and analytical. Through this movement, it was possible to contribute to understanding the historical process of the social configuration of higher education spheres and the urgency of discussing gender issues in school spaces, with a view to promoting the insertion of subjects considered to be outside the norm, both in the world of work and in the social and political spheres, while also recognizing their position as citizens.

**Keywords:** body, subalternization, academic space, gender.

## **CUERPOS, SOCIEDAD Y ESPACIOS ACADÉMICOS: IDENTIDADES SUBALTERNAS Y EL RETO DE LA CIUDADANÍA**

**RESUMEN:** La comprensión del cuerpo como representación social revela otros cuerpos como correspondencia simbólica inseparable del sujeto de la representación y de sus experiencias. Esto es lo que instiga este artículo de investigación. Además de problematizar las dificultades enfrentadas por la población transexual y no binaria en términos de inserción social y laboral en la sociedad brasileña, partimos del desafío de reconocer al transexual como ciudadano, capaz de ejercer sus derechos y garantías en el Estado Democrático de Derecho. Así, este artículo analiza la percepción del cuerpo, reflexionando sobre el contexto social de las personas transsexuales desde el espacio académico, especialmente en lo que se refiere a las lecturas y confrontaciones que han hecho y hacen para sentirse incluidas. Para ello, se estableció un diálogo entre las teorías de académicos como Michel Foucault y Judith Butler y los testimonios recogidos por medios digitales, caracterizando esta investigación como cualitativa, descriptiva y analítica. A través de ese movimiento, fue posible contribuir para la comprensión del proceso histórico de configuración social de las esferas de educación superior y de la urgencia de discutir cuestiones de género en los espacios escolares, con vistas a promover la inserción de sujetos considerados fuera de la norma en el mundo del trabajo, de la vida social y política, reconociendo también su posición de ciudadanos.

**Palabras clave:** cuerpo, subalternización, espacio académico, género.

## **INTRODUÇÃO**

Podemos refletir sobre o corpo de diferentes lugares, leituras, papéis e espaços. Pensá-lo, inclusive, na dimensão epistemológica do significado na sociedade, que não nos permite rejeitar ou ignorar o cenário histórico, cultural e social de como ele foi percebido. Isso porque cada dimensão propõe ver e agir sobre a compreensão do corpo de um modo, inserindo valores, deméritos e particularidades sobre ele. Como consequência, padrões e normatividades são atribuídos ao corpo.

São tais entendimentos que nos possibilitam perceber de onde e por que padrões de beleza, sensualidade, saúde e postura são estabelecidos, visto que esses adereços acoplados ao corpo lhe dão referências e promovem subjetividades. Corroborando, Fernandes (2012) diz que somos fruto dos discursos que nos atravessam ou que nos moldam. Na mesma direção, Foucault (2007) discute que os ossos são como músculos moldados pelos discursos. Assim, consideramos que para se construir homens e mulheres, o que temos são discursos, como salienta Santos (2016).

Faz-se mister notar que, no correr do tempo, a narrativa que explora o entendimento do corpo funcionou (e funciona) como mecanismos codificadores de sentido, os quais são capazes de produzir uma história corporal, conforme esclarece Rosário (2006). O próprio discurso mudou o corpo acoplando mudanças que foram acontecendo e, por conseguinte, deslocou-o a diferentes lugares, com diferentes papéis e funções. Nesse caminho, vale considerar que, no nosso tempo, ocorre uma espécie de reinvenção da cultura, dando ao corpo novos significados. A título de esclarecimento, podemos mencionar os *cyberespaço* e a realidade virtual, os quais têm colocado o corpo em lugares que ressignificam a própria existência do real, do sentido e do imaginário, mesmo cientes de que o virtual não se opõe ao real.

Para além do descrito, retomamos aqui um lugar dado ao corpo, dentre tantos, o do gênero. O fato é que, muitas vezes, falamos das forças normativas que acomodam o corpo num lugar do masculino e do feminino, não deixando espaços para outros lugares. Corpo que é enquadrado, desde muito cedo, em um lugar, associado a genitália que traz desde o útero. Lá que o enquadramento é definido e iniciado. Qualquer desvio ao longo da vida, desse lugar estabelecido pela norma, colocará esse corpo no campo da subalternia. Daí um questionamento nos surge: as dificuldades enfrentadas pela população transgênero e não-binária no que se refere à inserção social e laboral na sociedade brasileira, no desafio de reconhecer o transexual como cidadão/ã, apto/a a exercer seus direitos e garantias no Estado Democrático de Direito é exequível? Como isso tem se reconfigurado na busca pela inserção na sociedade, para além do campo da subalternização?

Na busca por elucidar tal questionamento, consideremos o direito de cidadania e a justiça. Nelas ponderam-se que a ordem jurídica-constitucional expressa pela Carta Magna (Brasil, 1988) tem por fundamento o respeito à dignidade da pessoa humana, além de promover a garantia dos direitos inerentes à personalidade do/a indivíduo/a, de forma a concretizar o desenvolvimento da sociedade brasileira, respeitando a diversidade cultural e o pluralismo político, conforme preconizam o artigo 1º, incisos II, III e V, e o artigo 3º, incisos I, II e IV, todos da Constituição Federal (Brasil, 1988). Para tanto, este texto se propõe a analisar o contexto social de pessoas transexuais a partir do espaço acadêmico, especialmente no que se refere as leituras e enfrentamentos que fizeram e fazem para se sentirem incluídos.

## **METODOLOGIA**

Este texto parte de trabalhos e discussões acadêmicas que têm por referência e sustentação, debates e ações do Grupo de Pesquisa em Masculinidade, Cultura, Educação e Subjetividade – GPEMCS, da Universidade Federal de Uberlândia – *Campus* Pontal. Para a construção desta pesquisa, tivemos a participação e os depoimentos de cinco estudantes, participantes do GPEMCS, que se situam como

sujeitos de identidades transexuais, sendo: quatro deles/as em processo de formação superior e um/a de pós-graduação.

Pelo breve desenho aqui apresentado, nos situamos no campo das subjetividades dos sujeitos e, por ser assim, esta pesquisa ajusta-se a diretriz qualitativa. O desafio é contribuir para debates que buscam compreender os corpos clandestinizados, se inseridos socialmente, e perceber de que maneira isso é entendido pelo próprio sujeito. Santos (2016) pontua que, quando diante de objetos de pesquisas com tal desenho, criar meios para gerar tranquilidade e segurança dos/as participantes, ao rememorar suas histórias pessoais, é condição para o bom andamento do trabalho. Dessa forma, os meios digitais tornaram-se ferramenta eficiente pela subjetividade que o permeia (Miskolci, 2011). Conforme orienta Miskolci (2011), localizamos os/as participantes, os contactamos e realizamos a coleta de dados a todo tempo usando os meios e via digitais.

Os/as participantes, de identidade trans-, foram convidados a participarem deste trabalho, sob a garantia de mantermos sempre o anonimato, conforme assegurado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Diante do desenho a ser seguido nas entrevistas, optamos pelas orientações de Mann e Stewart (2000). Os autores mostram que entrevistas não padronizadas e menos estruturadas atuam como uma potente forma de registros para entrevistas *on-line*. A modalidade permitiria fazer questionamentos em tempo real, por meio de *chats* de *sites*. Uma vez contactados, o grupo de participantes foi consultado sobre a disponibilidade de participar de uma modalidade de entrevista em ambiente *on-line*. Não tivemos objeção de nenhum/a deles/as, na referida modalidade de entrevista. Referente ao uso das mídias, Miskolci descreve que,

O século XX foi marcado pela mídia de massa, uma forma de comunicação vertical baseada na difusão de conteúdo (*broadcasting*) para receptores enquanto as novas mídias surgiram a partir da criação da internet em 1969, mas apenas mais de 25 anos depois tornaram-se acessíveis a grande parte da população. As novas mídias digitais se disseminaram a partir da virada do milênio trazendo uma nova forma de comunicação que pode ser compreendida como horizontal, interativa e em rede (2011b, p. 12).

Pensar em entrevistas por via de mídias digitais tem referência em trabalhos desenvolvidos tal qual em Santos (2016). O autor salienta que uma geração digital sente-se mais segura e a vontade para discutir concepções subjetivas, tendo a tela como distanciamento entre entrevistador e entrevistado. Portanto, do mesmo modo, tem sido recurso de valor de grande apreço para pesquisa nas ciências humanas. Isso porque,

A começar como – em contraste com o passado – as novas mídias alcançam qualquer um à condição de protagonista assim como características pessoais, diferenças, passam a ser possíveis motivos articuladores de contato e socialização. [...] Trata-se de um feito nada desprezível, o qual não apenas democratiza a experiência como também a modifica profundamente em um misto de transformação técnica, social e também subjetiva. (Miskolsi, 2011b, p. 13-14).

O meio digital usado para as entrevistas foi o WhatsApp, e o contato com os indivíduos ocorreu por comunicação em grupos amplos que envolvem comunidades universitárias. Uma vez consultados e questionados se aceitavam participar da pesquisa, diante de estarem de acordo e cientes do que se tratava, iniciou-se a entrevista. Uma vez coletados os depoimentos dos/as participantes, como referência para a análise dos dados, utilizamos a Análise do Discurso, de linha francesa (Fischer, 2015). Diante desse

desafio, buscou-se a correlação entre discurso e história, na perspectiva da subalternia. Mediante tal empreito, Fischer (2015) esclarece que

*Analisar discursos com Foucault, significa aceitar a raridade das coisas ditas (ou dos enunciados), trata-se certamente de uma espécie de atitude diante da vida, uma atitude ética e política, e também intelectual, pela qual assumimos que não há uma identidade entre nós mesmos e aquilo que investigamos, e que pensar é sempre navegar em meio a diferenças. (Fischer, 2015, p. 126)*

Assim, foram tomadas por unidade de análise as sequências discursivas – recortes e excertos dos depoimentos coletados via mídias digitais. Nesse caminho, Santos (2000) esclarece sobre o desafio de se fazer esse movimento de análise. Para o autor,

*Evidências significativas, observadas no cenário de pesquisa, que surgem a partir de uma análise preliminar dos registros coletados. Essas evidências aparecem como dados a partir de elementos muitas vezes não previstos no projeto inicial, mas que se revelam na escansão do corpus. Assim, emoldura-se com mais clareza o tópico a ser investigado, oferecendo uma maior consistência às hipóteses definidas para a pesquisa (Santos, 2000, p 231).*

À luz dessas balizas, a partir das regularidades, buscou-se os sentidos, com o intuito de perceber em que medida a sociedade e as instituições de formação têm se proposto acomodar, entender, atender e ajustar-se as demandas trans-, contribuindo para que vivam suas vidas com dignidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De início, trazemos um fragmento de fala que nos permite valorizar e reconhecer uma luta, uma identidade, as marcas de subjetividade, o desafio de instituições e o compromisso da Universidade com uma sociedade mais justa, coerente e menos excludente:

*Eu tento estar sempre bem comigo mesmo porque acho que é uma parte primordial para lidar, para que a opinião ou a não aceitação dos outros não me afete. Minha autoaceitação numa luta constante, contra padrões hétero-cis normativo constantemente impostos para gente. Nessa luta, uma coisa muito recorrente vem dos homens gays cis quando falam que têm nojo de vagina. Isso, obviamente, me deixam muito inseguro e muitas vezes me privo de me relacionar por esse motivo. É uma guerra e tenho muito privilégio de ter o apoio da minha família e amigos próximos. No começo foi difícil para meus pais, meu pai se negava a me chamar pelo meu novo nome, mas depois de uma conversa com meu tio ele abriu a mente e agora me chama pelo nome e pronomes corretos, assim como minha mãe, às vezes erram, mas estão tentando e já é muito importante pra mim, meus irmãos e a família inteira seguem nessa mesma linha. Minhas amigas próximas também me aceitam e me apoiam muito. Todo esse amor e acolhimento me fortalece para enfrentar toda transfobia externa. Eu acho que as pessoas têm a mania de reduzir corpos trans- apenas a sua genitália, como se fôssemos só isso. E isso faz com que me sinta objetificado, fetichizada ou outro polo que seria repudiado, que eu pense que meu corpo não passa de algo sexual, me limitando a relações rasas e superficiais. Eu até não tive nenhuma experiência traumática em relação a minha transexualidade pelos privilégios que tenho, provavelmente. Acredito que a fetichização desses corpos, que são vistos como objetos sexuais, uma cultura muito enraizada que reforçada na pornografia contribua. Conheço pessoas que foram expulsas de casa, que tiveram que começar a vida do zero e sozinhas. Há os estupro corretivos, sendo uma das coisas que tenho muito medo de acontecer e acredito que pessoas do meio têm esse mesmo medo. Meu caminho até aqui foi bem tranquilo na verdade, lógico que tem situações muito desconfortáveis constantemente, mas hoje em dia nem toda vivência*

trans- é triste e dolorida como costumava ser, e acho que a gente deveria ressaltar sim a dificuldade de ser trans mas também normalizar a não sofrer em ser transexual. (Participante 4).

Ao nos referirmos a valorização de uma luta, o Participante 4 mostra sua acomodação na afirmação “*Eu tento estar sempre bem comigo mesmo porque acho que é uma parte primordial para lidar, para que a opinião ou a não aceitação dos outros não me afete*”. Sim, existe, no relato, uma identidade e um enfrentamento diário de luta. O recorte “*autoaceitação numa luta constante, contra padrões hétero-cis normativo constantemente imposto para gente*. Fala por si. Esses embates têm deixado marcas de subjetividades indicadas, no caso de ‘medo’, como mostra no fragmento “*Há os estupros corretivos<sup>1</sup>, sendo uma das coisas que tenho muito medo de acontecer e acredito que pessoas do meio tem esse mesmo medo*”. Logo, o desafio das Instituições de Ensino Superior (IES) é, também, o fortalecimento do compromisso com uma sociedade menos desigual e intolerante.

O relato mostra que “*hoje em dia nem toda vivência trans- é [seja] triste e dolorida como costumava ser*”. Nesse sentido, as IES têm se preocupado com ações que repudiam qualquer tipo de violência, intolerância, preconceito e/ou ausência no reconhecimento das diferenças. A título de esclarecimento, podemos ver as diferentes notas de repúdio das IES Brasil afora, como na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em que manifesta quaisquer tipos de discriminação e de preconceito racial (Portal da UFRRJ, 2022); na Universidade Federal do Espírito Santo, em defesa da diversidade, contra o preconceito e a discriminação (UFES, 2019); na Universidade Federal de São João Del-Rei, contra atitudes discriminatórias, intolerantes e homofóbicas (UFSJ, 2023), dentre tantas outras.

Ao propor interpretação dos sentidos, pretendemos compreender as condições sócio-históricas relativas a um conjunto de dizeres e/ou silenciamentos que possibilitaram e possibilitam a produção de subjetividades. Entendemos que em uma pesquisa como esta, ancorados em Fernandes (2012), a preocupação maior deva estar na busca dos sentidos e no reconhecimento dos discursos dos sujeitos. Segundo Fischer (2001), é preciso recusar explicações unívocas e fáceis, pois isso pode ser configurar uma prática bastante comum e incorreta. Fisher (2001) complementa que, na perspectiva de Foucault, “é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas” (p.198).

Entendemos que, acerca do tema, é de todo oportuno trazer o ensinamento do jurista Ingo Wolf Gang Sarlet (2008, p. 88/89), quando afirma que

A dignidade da pessoa humana, na condição de valor fundamental atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais, exige e pressupõe o reconhecimento e proteção dos direitos fundamentais de todas as dimensões. Assim, sem que se reconheçam à pessoa humana os direitos fundamentais que lhes são inerentes, em verdade estar-se-á negando-lhe a própria dignidade.

Com efeito, o presente trabalho contribui para debates que permeiam o movimento trans- e sua luta por cidadania, no nosso caso, cuja referência são os sujeitos que convivem no espaço acadêmico de uma IES em específico. Quando observamos narrativas de nossos/as participantes, os relatos nos remetem a esse desafio pela conquista da dignidade. Uma participante assim nos narra,

um episódio muito triste que já vivi foi quando foi fazer cirurgia de aplicação de silicone em meio ao meu processo de transição. Sofri violência médica e assédio sexual. Procurei três advogados, e os três não quiseram pegar minha causa. Era fala de uma travesti preta contra um médico e enfermeira branca. Tempos depois, quando contei sobre isso para um grupo de futuros enfermeiros, ainda em formação, foi interessante ver suas reações. Isso nos mostra o empreito, diante dos processos de formação no nosso tempo (Participante 03).

Dentre outras dimensões, o relato nos chama a atenção quando ela afirma “*Sofri violência médica e assédio sexual*” (Participante 03). Mas como isso é possível em pleno século XXI? Ponderamos sobre a importância dos diferentes movimentos sociais que resguardam e lutam pelos direitos sociais. Daí partimos para um novo questionamento diante do fragmento “*Procurei 3 advogados, e os três não quiseram pegar minha causa*”. Sob tais percepções, que resposta é possível de ser percebida no depoimento? A participante descreve: “*Era fala de uma travesti preta contra um médico e enfermeira branca.*” Pelo relato, é perceptível que os ideais de igualdade encontram-se num patamar utópico, visto que ainda a exclusão de etnias e orientação sexual muitas vezes não são pautas de discussões e não são problematizadas para se criar de fato o direito de ser cidadã/o. São muitas questões que temos de narrativas, mas uma, mostra-se consideravelmente importante: “*Tempos depois, quando contei sobre isso para um grupo de futuros enfermeiros, ainda em formação, foi interessante ver suas reações. Isso nos mostra o emprego, diante dos processos de formação no nosso tempo*”. Este relato nos mostra caminhos e desafios a serem enfrentados nas instâncias acadêmicas, de trabalho e social. Diante dos processos de formação superior, é urgente a centralização da legitimação de direito e de cidadania.

Para além, é importante, que sujeitos tidos como subalternos, encontrem-se acomodados e capazes de exercer seu lugar de cidadã/o. Isso porque a pesquisa aqui apresentada atribui um sentido diverso às situações de exclusão e marginalidade vivenciadas pelas pessoas transexuais, frente à sociedade, no como elas têm se percebido nesses espaços no campo da dignidade humana, como preconizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). A propósito, a dignidade humana deve ser protegida em um âmbito de benevolência, de forma que o abrandamento do sofrimento humano seja o alicerce para se obter a real inclusão de todas as pessoas, para além de questões do interesse existencial humano restrito. Precisamos caminhar em direção a cidadania!

Nisso, consideramos que o processo da liberdade de escolha de identidade, orientação e vida sexual representa um exercício da cidadania que, aliada à ideia da diversidade, reflete o reconhecimento da igualdade quanto ao acesso aos direitos civis, políticos e sociais, garantindo a participação de todos na construção de um corpo social plural. Todavia, esse cenário não se aplica à comunidade composta pelos transexuais, os quais vivem à mercê da invisibilidade imposta pelas diretrizes do preconceito (Pedra, 2020). Diante de tais demandas, como podemos proceder? O fragmento a seguir nos traz diretrizes nesse sentido, no como lidar com o sentir-se ou permanecer no lugar de fora da norma.

Bom, de uma forma muito programada, desde o descobrimento de uma sexualidade divergente até a transição de gênero é comum outras travestis nos ensinarem a lidar com olhares e comentários nos lugares. Somos ensinadas a ignorar, criar filtros de ações que vão nos inferiorizar, nos diminuir. Por fim a aceitação externa é muito indiferente, se torna um costume entender essas negativas, etc. (Participante 01).

Pelo descrito, o repassar das formas de subsistência de maneira informal é o caminho, na troca de como lidar com o não-reconhecimento. No fragmento “*outras travestis nos ensinarem a lidar com olhares e comentários nos lugares*”, pelo descrito, é um critério de subsistência mesmo, em que “*Somos ensinadas a ignorar, criar filtros de ações que vão nos inferiorizar, nos diminuir.*” Pedra (2020) nos chama a esse debate, diante de um grupo social ao qual por séculos, coube ver na prostituição sua profissionalização. Não é desafio nosso, nesse trabalho, adentrar no campo da prostituição como profissionalização de corpos trans-, mas dar sentido ao que nossos/as entrevistados/as trouxeram como sentido de suas existências. Ao se referir a questão, temos o seguinte recorte,

Eu lidei há pouco tempo com esse processo, é muito doído. É como se você pudesse ser um amor de uma noite, mas não de uma vida! Parece-me que um modismo chegou na sociedade, onde beijar os corpos trans é algo legal para uma festa, porque parece promover inclusões. Mas esse corpo tem a mesma função de sempre, uma aventura, um fetiche, uma brincadeira. E essas posturas, agora reafirmam nossos lugares fora da prostituição, mas tem o mesmo princípio! E é estranho como o pensamento ainda nos conecta com processos de promiscuidade, IST'S, problemáticas relacionadas a exemplos que somos "incapazes" de proporcionar. Como se o ápice do existir na contramão fosse nossa existência. Um medo das crianças copiarem o modelo. É muito desconfortável entender que você é lida como um ser desprezível, que crianças não podem nem te ver. E quando isso vem da família, é um prejuízo emocional terrível (Participante 04).

Tomando como referência o fragmento “[...] esse processo, é muito doído”. Molina (2018), ao estudar grupos de sujeitos, descreve como esses corpos chegam em níveis de profundo abandono e alienação no passar dos tempos, até que adoecidos físicos e emocional, iniciam o caminho de pequenos furtos para subsistência. A pesquisadora mostra como a profissionalização, a partir de uma escolarização que os legítima, pode promover novos direcionamentos. Mas as marcas persistem e ficam evidentes no fragmento “é estranho como o pensamento ainda nos conecta com processos de promiscuidade” (Participante 04).

Consideramos que os mecanismos sociais de alienação são devastadores. No fragmento, ainda do participante 04, “Um medo das crianças copiarem o modelo. É muito desconfortável entender que você é lida como um ser desprezível, que crianças não podem nem te ver” nos deparamos no como o preconceito é visível e perverso. Para Pedra, (2020), sujeitos têm ressignificado suas vidas, buscado novos sentidos e profissionalizações, para além da esfera já conhecida e comum a esses corpos, como da prostituição. Mas as marcas deixadas nesses corpos são inevitáveis. Nesse campo de ajuste, sociedade e negação, o fragmento a seguir ela parece-nos evidente.

O que mais me marca é sempre a negativa simbólica, aquela que está no implícito das relações mais primárias. São as negativas do afeto. Algumas vezes eu desejei ser aceita em alguns grupos, poder viver romances, ser amada em público. Mas as negativas não vêm só do cara em que estamos interessadas, ela vem das famílias, dos amigos, da estrutura em si. Acho que o mais marcante é o desamor programado para os corpos abjetos sociais como o meu! ((participante 02).

Nesse caminho, vale considerar o corpo como local de identidades e clandestinidades, e o fragmento “O que mais me marca é sempre a negativa simbólica, nos remete a isso, no perceber o corpo para além do biológico. Isso porque falamos de um corpo pensado em uma perspectiva sociocultural e da psique. Diante do fragmento “São as negativas do afeto. Algumas vezes eu desejei ser aceita em alguns grupos, poder viver romances, ser amada em público” (participante 02), a partir disso, a concepção de corpo que discutimos apresenta maneiras e estruturas constantes e uniformes, mas não única, porque precisa perceber a dor afetiva que certos enfrentamentos trazem.

Diante de tal questão, consideramos que o corpo é ao mesmo tempo massa, invólucro, superfície que se mantém no decorrer da história, como salienta Mendes (2006). Para o referido autor, o corpo é composto por carne, ossos, órgãos e membros, matéria, é físico e concreto. Ao tomar esse corpo, no campo sociológico, Foucault (2007) nos chama a considerá-lo moldável pelo discurso, matéria física que se move, superfície maleável, transformável, remodelável por aparatos disciplinares e biopolítico, por ação do discurso.

Para Foucault (2007), a biopolítica é um mecanismo de manifestação de poder, em que a vida biológica é incluída na gestão política de um Estado e, por conseguinte, sendo gerenciada, administrada e controlada. Assim, o corpo é submetido a ação das relações de poder que constituem políticas

específicas e históricas. O corpo é uma invenção construída em discursos e relações de poder (Foucault, 2007), segundo já mencionamos. Nessa discussão, Fischer (2021) se refere ao discurso e nos chama a considerá-lo como produtivo atuante sobre os corpos os tornando sexualizados, pontuadores de um lugar de gênero fixo, dóceis, ajustados às expectativas que se tem para o lugar de cada um desses corpos. A autora nos chama a ponderar a autenticidade, alcance, força e poder desse discurso que nos atravessa. É esse mesmo discurso que classifica e aliena, reconhece e subalterniza.

No lidar com a transexualidade todas muitas dessas demandas se constituem. No fragmento,

Minha família imediata foi apoio com certeza, mas meu pai nunca conseguiu ser amigo, ele tem sempre uma postura de repressão. A família secundária, tios, primos etc. Se afastaram mais, era um problema eu estar perto das crianças, adolescentes porque era um exemplo do que não deveriam ser. Na transição perdi muitos colegas, vizinhos evitavam falar um "oi" e a união. Parecia o único lugar onde eu podia ser livre (Participante 05).

Fica evidente em nossa sociedade é que o corpo do ser humano apresenta maneiras e estruturas constantes e uniformes porque, desde o útero, é chamado a um local, a uma forma, a uma regra, a uma expectativa criada para ele. Mas como o corpo sofre a ação de relações de poder? Como são produzidos os efeitos sobre esse corpo? O fragmento de discurso “*meu pai nunca conseguiu ser amigo, ele tem sempre uma postura de repressão. A família secundária, tios, primos etc. Se afastaram mais, era um problema eu estar perto das crianças, adolescentes porque era um exemplo do que não deveriam ser.*” nos permite algumas reflexões acerca disso. Seria empregando relações de poder que o tornam determinados, ajustados as técnicas, as estratégias e os mecanismos eficientes para enquadrá-lo num conjunto de regras? Nem sempre. Há vezes em que a marca desses corpos será a indiferença e o distanciamento, apesar de eles ocuparem espaços relacionais e culturais na sociedade. No fragmento “*Na transição perdi muitos colegas, vizinhos evitavam falar um oi*” segue o mesmo sentido de entendimento.

A referência aqui é a mecanismos que tornam tais corpos fruto do discurso, historicamente produzido, amplamente interpretado por Foucault (2007) que o corpo tal qual uma superfície para exercício de poder, a qual passa por deslocamentos transformadores em sua disposição no campo dos discursos. A subjetivação, o efeito do discurso sobre o corpo, deixando suas marcas (Santos, 2016), coloca esse corpo em lugar de reconhecimento e de obediente, dócil, ajustado ao que se espera dele. Isso tem a ver com o modo pelo qual o corpo se tornou componente essencial para a operação de relações de poder na sociedade moderna, segundo Dreyfus e Rabinow (1995).

Foucault (1996) atrela corpo à *proveniência*, a qual marca nossos corpos de indetermináveis formas. De um lado, a proveniência está em nossos corpos. De outro, eles estão inseparavelmente atrelados às relações de poder-saber e a suas técnicas e tecnologias específicas. A disciplina torna o corpo mais eficiente e dócil, estipulando o que deve ser feito ou não. Com base em construções disciplinares, temos uma "anatomia política" para melhor competência do corpo, diretamente ligada a um expressivo enquadramento. Assim, formas para aperfeiçoar as forças corporais foram desenvolvidas, tornando-as economicamente viáveis para transgredir a disciplina. Assim, podemos considerar que o poder disciplinar se produz um exercício *sobre e para* o corpo em questão.

Entretanto, dissocia-a de um possível potencial crítico que o próprio poder disciplinar poderia criar, transformando-o em uma "relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada" (Foucault, 1997, p. 127). Na obra, o autor argumenta que em curto período a forma de punir mudou, e o significado também. A punição era pautada em validação de quem exercia ou detinha poder. Logo, o poder punitivo ocultou-se. Nesse trajeto, "o castigo

passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos" (Foucault, 1997, p. 16).

Pelo descrito, podemos considerar que se trata de uma suspensão legalizada e aceita, vista como necessária para aqueles/as que não respeitam o "contrato social" imposto, que devem sofrer as punições que o tratado estipula. Passando de uma punição física sobre os corpos para um controle do corpo, por meio de leis sociais, mecânicas e pedagógicas (Vigarello, 1995). Assim, Foucault (2002), ao discutir ascese, focada na sociedade e o corpo, permite-nos evidenciar o desenvolver tecnologias sobre o corpo, atuando naqueles que devem ser punidos ou não, aceitos ou excluídos. Aí está o mote de nosso debate, esse corpo clandestinizado, que busca inserção, inclusão e cidadania.

Nesse caminho, não nos esqueçamos que aos corpos clandestinizados resta-lhes a punição e o castigo, mesmo que, no nosso tempo, a exclusão já cumpra esse papel, Santos *et al.* (2019) fala da vulnerabilização dos desejos e dos corpos, questão que os leva ao risco de atentarem contra suas vidas. Sobre os castigos dados aos corpos que não se ajustam a norma, Foucault (2007) argumenta sobre a importância de fazer uma história dos castigos. O autor ainda nos dá outras referenciais com base nas ideias morais e/ou estruturas jurídicas (Foucault, 1997). Os castigos sempre tiveram como objeto o corpo, com intenção de controle das forças, na busca por domá-lo, enquadrá-lo. Foi por meio de várias estratégias, com múltiplas origens que se agiu sobre esse corpo. Isso porque está inserido em um campo político, no qual as relações de poder têm alcance imediato sobre ele. Investem, marcam, dirigem, o supliciam sujeitam-no a trabalhos, as normas, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais de docilidade e produtividade (Foucault, 1997). Mas, por um acaso um corpo de uma pessoa trans- não seria produtivo? O fato é que esse, fora da norma, será ajustado a outros arranjos sociais e de família que as rígidas demandas sociais normativas insistem em não reconhecer.

Nesse sentido, as palavras de Foucault (2007) nos mostram que o corpo só se torna força útil se está enquadrado na norma: é corpo produtivo e submisso, ao mesmo tempo, atende às expectativas sociais (Foucault, 1997). Isso porque as economias e tecnologias políticas concebem a criação dos corpos dóceis enquadrados, normativos e produtivos. Cabe destacar que o foco não está necessariamente no corpo a ser supliciado, a ser exposto, a ser degradado, mas no corpo que deixa de ser objeto e passa a ser o meio para chegar à alma, que implica no "efeito e instrumento de uma anatomia política; alma, prisão do corpo" (Foucault, 1997, p. 32).

Os indivíduos, segundo o autor, não são mais punidos apenas por suas infrações, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser, daí nosso entendimento melhor das clandestinidades do corpo trans. Para o autor, devemos estar atentos as suas possíveis desordens momentâneas e futuras, sobre suas anormalidades ou patologias. Foucault (2002) analisa, durante o período entre o século XVI e o século XIX, como é constituída a figura do anormal. Nesses séculos, nota-se a preocupação com aqueles que tinham que ser classificados e localizados para melhor estruturação e andamento da sociedade moderna e capitalista que tomava forma no século XVIII e chegou até nós.

No entanto, os corpos trans- podem ser ainda entendidos como anormais? É de suma importância observar que os anormais eram aqueles que se aproximavam de figuras do tipo *monstruosas*, que apresentassem anormalidades físicas como gêmeos xifópagos. Incluía-se aí os índios com adereços faciais, o homossexual, as mulheres com atitudes pouco femininas, figuras que tinham apetite *sexual exagerado*, os que transgrediam as regras impostas socialmente. Todos eram classificados como indisciplinados e o corpo foi e permanece fator central na cura dessas três figuras históricas.

Nessa linha de raciocínio, vale fazer um deslocamento e entendimento, que vai do poder disciplinar para o biopoder. Esse movimento o faremos a partir de Hall (2000) que considera que a discussão e o emprego de relações de poder em *Vigiar e Punir* são fechadas e mudas. O corpo e o sujeito

estão sempre e incontestavelmente à mercê de relações de poder, disciplinares. As técnicas disciplinares e as técnicas relativas ao biopoder têm como meio de ação o corpo.

De fato, conforme mostra Bertolini (2018), o biopoder é presente, pois nos auxilia a compreender a complexidade de temas atuais, envolvendo situações cotidianas e esporádicas, como políticas públicas de saúde e controle do sexo, em âmbito político, econômico, cultural e social e não nos neguemos a perceber as tentativas da medicina, principalmente a higienista e da psicologia na eficiente ação de propor tecnologias disciplinares. Falamos aqui de um corpo que é historicamente localizado, articulado com o surgimento das ciências sociais e o fortalecimento de instituições como a fábrica, prisão, escola e a família. Daí indagamos, nossos processos de formação não mantêm parte desse aparato atuante? Santos *et al* (2018) nos chamam a perceber tais mecanismos atuantes na escola. Isso porque a constituição dos corpos está de modo direto ligada a interesses capitalistas para melhor gestão e eficiência de indivíduos, anteriormente percorrido. Inicialmente, o corpo é caminho de objetivação do sujeito como objeto de conhecimento dos outros. Com base no poder disciplinar, empregam-se técnicas "duras" e herméticas, dando pouco para a resistência de corpos e sujeitos.

O corpo do sujeito sofre a ação de técnicas disciplinares e é encorajado a falar de si mesmo para ser governado ou governar, na biopolítica. Foucault (2000) mostra como no século XVI o governo do corpo era exercido, com grande repercussão, por técnicas religiosas. Mas, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a religião perdeu espaço para outros dispositivos, como os da medicina, da psiquiatria e da jurisprudência. Técnicas religiosas para o controle do corpo e do sujeito expressam bem essas continuidades e rupturas: o silêncio e a confissão. Para Foucault (2000), entre os séculos XVII e XIX, o silêncio levava a um autoconhecimento: a proibição de falar entre os/as iguais sobre os pecados da carne ou as transgressões, posto que o silêncio seria uma técnica para que os pecados da carne não ocorressem (ou tivessem uma probabilidade menor de ocorrência).

Muito embora o silêncio teve a sua contribuição, na discussão para o entendimento do corpo, a confissão era ainda mais importante. E deixou de ser? Com efeito, verbalizar os desejos da carne, assim como os pecados, só poderia acontecer por intermédio da confissão sistemática, constante e verdadeira para quem estava confessando. O que fazemos em terapia, aos nossos pais, ao médico em seus consultórios, não é um ato de confessar e, por conseguinte, abrir espaços para controle desses corpos? Foucault (2000, p. 188) mostra que "a regra do silêncio, a regra do não dizer, é correlativa de outro mecanismo, que é o mecanismo da enunciação: é preciso que enuncie tudo, porém só se deve fazê-lo em certas condições, dentro de certo ritual e diante de certa pessoa". Foucault (2000), na conceituação de carne, mostra que "a carne é o que se declara, a carne é aquilo de que se fala, a carne é o que se diz. A carne é essencialmente, no século XVII (e seguirá sendo nos séculos XVIII e XIX), não o que se faz, mas sim o que se confessa" (Foucault, 2000, p. 188). Daí nosso desafio de ampliar nessa discussão mais adiante os conceitos de ascese discutida por Foucault (2002).

A confissão, mesmo sendo uma técnica com "origens" em dispositivos religiosos, ascéticos, vai se transformando, tomando outras conotações e tendo outros empregos para os mecanismos de governo de Estado, dos outros e de si, permitindo a viabilização do deslocamento entre dominação e controle, igreja e medicina. Pode-se entender a confissão como a exposição verbal do "estado de consciência". Da mesma forma, é hierarquizada, pois não se pode confidenciar com qualquer um, mas sim com aqueles/as que ocupam determinado lugar: padres, médicos, advogados, psiquiatras; em suma, os especialistas.

Ao incorporar a confissão como umas das técnicas centrais de biopoder, "o indivíduo foi persuadido de que, através de tal confissão, era possível conhecer a si mesmo" (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 191). Conforme mencionado, Foucault (2000) colocou a confissão como uma das técnicas mais importantes para a expansão de tecnologias de biopoder e para o "controle dos corpos, das populações e da sociedade como um todo", comentam Dreyfus e Rabinow (1995, p. 191). Por meio de técnicas da

confissão "os prazeres mais particulares do indivíduo, as próprias emoções da alma, poderiam ser solicitados, conhecidos, medidos e regulados" (idem, p. 193). Mas, não há os contextos em que esse confessar ou o corpo confessante acaba levando-o ao suplício, ao demérito, ao rígido sistema normativo do outro que avalia e por ser assim, desmerece? Daí entendemos os mecanismos de exclusão: ele pode proceder da confissão do corpo.

Indo para além, para acompanhar a confissão, há o exame de consciência, que é a circunstância na qual os sujeitos, por intermédio de parâmetros colocados por instituições e por quadros morais e normativos, os pensamentos e, principalmente, as atitudes, se são coerentes ou não com os valores morais socialmente estabelecidos. Tanto a confissão quanto o exame de consciência são técnicas que estimulam os/as sujeitos a praticarem uma estética de si. Daí o entendimento mais alargado do que é entendido de um corpo trans-, uma vez que o desafio é procurar o alcance do melhor que podem fazer de suas vidas em vários campos.

O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contrafeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: 'Fique nu, mas seja magro, bonito, bronzeado!' A cada movimento de um dos adversários corresponde o movimento do outro. É preciso aceitar o indefinido da luta (Foucault, 1996, p. 147).

Toda essa discussão ainda nos chama a um deslocamento maior: "escola da governamentalidade". Hall (2000) nos é auxiliar, mas Foucault (2007) é prodigo em nos sinalizar, de maneira profícua, sobre as formas de governo do Estado, dos outros e de si e sobre os mecanismos de resistência de sujeitos e corpos, descrevendo tanto as técnicas e a tecnologias envolvidas para controlar como as usadas para resistir. A saúde do corpo, dessa maneira, pode ser considerada um "negócio" de governo de Estado e de governo dos outros que obtém sucesso com os sujeitos, pautado em técnicas de controle bem estruturadas e articuladas entre si (Lupton, 1995). Deduz-se daí que uma das possibilidades de eficiência de técnicas e discursos empregados para governar sujeitos e corpos depende da capacidade de eles serem convencidos a se incorporarem a uma estratégia específica. A televisão, por exemplo, promove os prazeres da cozinha, demonstrando como fazer um prato delicioso ou "exótico", mas, em outro programa, inclusive no mesmo canal, mostra as armadilhas de uma "boa mesa". Em síntese, Lupton (1995) nos alerta sobre um universo discursivo competente para a constituição de sujeitos e corpos saudáveis.

São, segundo o autor, muito e diversos, mas contraditórios para garantir um completo alinhamento aos imperativos da saúde pública, atender demandas, estar ajustado às expectativas em nome da família. O sujeito é chamado a colaborar em seu próprio governo, pois "os valores que influenciam como somos governados" devem coincidir "com aqueles que moldam a forma como governamos a nós mesmos", salienta Nettleton (1997, p. 214). Assim, risco e controle complementam-se na tentativa de convencer o sujeito a governar-se e ser governado.

Os que promovem a saúde buscam equipar aqueles que não têm recursos com habilidades que o capacitem na negociação por estilos de vida 'saudável' e que façam distinção entre atividades 'salubres' e 'insalubres'. Assim há uma cadeia de consultores que podem nos fornecer toda uma disposição de prováveis consequências quando fazemos certas coisas (Nettleton, 1997, p. 217).

Daí nos indagamos: e depois do poder disciplinar e do biopoder? Hall (2000, p. 122) aponta que, nas discussões de Foucault sobre corpo, haveria "uma materialidade residual, a qual acaba [...] por agir discursivamente para 'resolver' [...] a relação [...] entre o sujeito, o indivíduo, e o corpo". Para esse autor, a noção de corpo em Foucault é praticamente o único traço que resta, de um 'significante transcendental. Mesmo admitindo que pode ser produtivo problematizar o corpo dessa forma, o autor pondera que é difícil deixar de questionar a concepção de que os sujeitos assim construídos são corpos dóceis e todas as implicações que isso acarreta. Portanto, o nosso desafio é apontar que há resistência, há rotas de fuga, há reconfiguração do que está imposto e estabelecido. Assim, o corpo pode ser entendido como uma problematização em sua materialidade física, no que se diz e se faz com o corpo, no nosso tempo e historicamente. O corpo não precisa ser um significante transcendental em suas análises dos discursos da modernidade.

Nesse processo de analisar e descrever o que se diz e quais relações de poder constituem um corpo - especialmente porque não há nada de transcendental (ou a-histórico) nisso. Foucault (2002) sugere sobre a atuação do poder disciplinar e do biopoder sobre os corpos, que deveriam ser relativizadas para estudos na sociedade contemporânea. Para há uma ordem histórica. Por serem análises históricas, são delimitadas temporalmente. Retomemos aqui algumas considerações a se notar que,

A partir dos anos sessenta, percebeu-se que este poder tão rígido [poder disciplinar] não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo. Descobriu-se, desde então, que os controles da sexualidade [técnicas de biopoder] podiam se atenuar e tomar outras formas. Resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual (Foucault, 1996, p. 148).

Para Foucault, referente a superfície de disciplinamento e governo do corpo, ele é visto como algo que, se problematizado de forma tradicional, traz poucas possibilidades para entender o contemporâneo, mas que, sem ele, determinadas questões sequer podem ser problematizadas, como o caso que levantamos aqui do corpo não normativamente esperado das pessoas trans-. Na busca por entender esse contexto, como noutros momentos dessa discussão, é preciso retomar a história, as sociedades disciplinares, a forma como ela geriu o corpo.

Em relação às sociedades disciplinares, Deleuze (1998, p. 219) afirma que "elas procederam à organização dos grandes meios de confinamento". Isso implica em um contexto de vida cultural e social vigiado, durante o século XX e questão bem evidente no século XXI. Nesse movimento de transição paulatina podemos nos dar conta de que estamos cada vez mais em sociedades de controle e que corpos fora da norma estão sendo vigiados, mesmo que disfarçadamente, se reforce ou exista um discurso de liberdade. Mas, quais evidências poderiam caracterizar esse cenário de controle?

A resposta é complexa, mas, podemos situar, conforme mostra Deleuze (1998), que "encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento" (p. 220), como o próprio hospital, ou uma prisão, ou mesmo a família. Esses são exemplos de grupos, que podemos compreender como instituições, de controle, atuam. Daí nos perguntamos se os espaços acadêmicos têm assumido um lugar de reconhecimento desses corpos clandestinos, dado e contribuído positivamente na ressignificação de fortalecimento de identidades e gêneros subalternos? Daí abrimos um parêntese e ampliamos o questionamento: de que modo os corpos que estão no campo da clandestinidade podem ser percebidos pelo próprio sujeito que se prostitui? Nessa perspectiva, avaliamos que a formação qualificada para sujeitos tem permitido um repensar de si mesmos e de valorização de quem são, a partir de condições eficientes de leitura de si. Tomamos como referência o recorte:

Bom, eu pesquisei prostituição no TCC, procurava respostas do porque eu não conseguia estar nesse lugar, apesar de ter me prostituído muitas vezes. As respostas são muito individuais, cada uma se encaixa nesse subemprego por um motivo diferente, penso que a prostituição vai além do capital, ela traz afirmações, ser escolhida entre outras nas esquinas é um entendimento de pertencimento, afirmação do corpo, do valor SIMBÓLICO, ser desejada, escolhida, lida como corpo que dentro da abjeção é favorito! O efeito negativo é a sensação de uso, de sujo, de produto. Talvez seja por isso que elas não acessem os lugares públicos, porque é projetado no íntimo da existência que você nasceu para servir ao fetiche do outro, a curiosidade do outro! Você está sempre sexualizando porque não aprende a vivenciar outros formatos, outro tipo de relações, entende? (Participante 05).

Consideramos de valor ímpar o recorte “*eu pesquisei prostituição no TCC*” (participante 05), pois a partir da experiência pessoal há a busca por aprofundar e ampliar observações com vistas a clarear aspectos para outros indivíduos e no espaço acadêmico. O questionamento “*procurava respostas do porque eu não conseguia estar nesse lugar, apesar de ter me prostituído muitas vezes*” pode não causar impacto, quando encontramos as justificativas “*penso que a prostituição vai além do capital, ela traz afirmações, ser escolhida entre outras nas esquinas é um entendimento de pertencimento, afirmação do corpo, do valor simbólico, ser desejada, escolhida*” (participante 05) nos chama a reflexão sobre os desafios os processos de formação que tais grupos têm buscado nos cursos superiores.

Molina (2018), em seu amplo trabalho pesquisando resgate trans-, a partir de uma formação humanizada e ajustada, mostra-nos a como é possível investir em cidadania. Nisso, consideramos que cada uma dessas instituições apresenta diferentes maneiras de conceber o indivíduo. Por exemplo, no hospital, o ser humano é concebido como paciente; na penitenciária, temos os carcerários; na família, os parentes. E na universidade? De que maneira sujeitos que vivem no espaço acadêmico tem se percebido enquanto identidade, lutas e embates? Nosso desejo é que o debate aqui suscitado, inspire outras ações de reconhecimento e valorização de quem vive na clandestinidade ou está vulnerável a ela a todo tempo.

Buscando organizar um ponto final aqui vale ressaltar o quanto o controle é autodeformante pelo outro. O controle que é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, porém, nem por isso, menos eficiente. Assim, considerar algumas reflexões de Gilles Deleuze (1998) para perceber a modulação do controle, aquilo que circula para determinar as ações dos indivíduos que o subjetiva, mostra-se um desafio para a formação superior.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Iniciamos essa seção afirmando que não há um lugar em que o controle começa ou termina. Os princípios moduladores como constituidores das sociedades de controle estão em vigor: são desumanamente eficientes e deixam marcas inquestionáveis no nosso tempo, como nunca visto. É um tipo de "controle total" que não é preciso fazer nenhum exercício quimérico para identificá-lo. Várias propostas de controle eletroeletrônico estão em vias de testes ou já são utilizadas. Alguns exemplos disso podem ser encontrados quando se procura a posição de um elemento em espaço aberto, de um animal numa reserva, ou de homem numa empresa. Todos podem ser achados por meio da busca eletrônica. Imaginemos a facilidade de localização de um corpo clandestino.

Ainda, ao considerarmos cidadãos/ãs tornando-se subalternos, é importante reforçar que a identidade de gênero continua sendo vista como a desnaturalização da visão binária que aceita apenas o masculino e o feminino. Logo, qualquer manifestação de identidade que fuja à tradicional heteronormatividade acarreta a desvinculação do convívio social. Butler (2003) e as narrativas de nossos/as participantes confirmaram isso. Nesse passo, o sistema passa a enxergar a pessoa como um

ser inferior e, dessa forma, as instituições, tal qual a universidade, precisam se abrir para formar e legitimar cidadania desses sujeitos. Nesse caminho, o desafio é com o enaltecimento da pessoa que pressupõe a aprovação do caráter substancial da dignidade humana, promover a realização do sujeito em sua plenitude e a erradicação dos obstáculos existentes no percurso da busca pela felicidade: propósito da vida humana, inerente ao reconhecimento de sua cidadania.

Seguindo essa linha de raciocínio, reforçamos a importância que o espaço escolar, universitário, de formação investida na construção da aceitação do/a sujeito sobre si mesmo/a, não sendo diferente entre o público transexual. Dessa maneira, torna-se urgente e necessária a discussão das questões de gênero por parte do/a educador/a, de uma abertura para diálogos nos espaços escolares e formação inicial, visando ao acesso de todas as pessoas, incluindo aqueles/as que muitas vezes foram intitulados/as como fora da norma, almejando, também, promover a sua inserção no mundo do trabalho, social e político, a fim de reconhecer a sua posição de cidadania.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

BERTOLINI, J. O conceito de Biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **Revista Saberes**, v. 18, n.3, p. 86-100, 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 1988.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

DREYFUS, H. e RABINOW P *Michael Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERNANDES, C. A. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FISCHER, R. M. B. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. 1996. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre.

FISCHER, R. M. B. *Foucault e a análise de discurso em educação*. Cadernos de pesquisa. Porto Alegre: n.114. 2001.

FISCHER, R. M. B. FOUCAULT. In: OLIVEIRA, L.A. (org.) *Estudos do Discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

FRANCO, Neil. *Entre as fronteiras do gênero e das sexualidades: professoras travestis, transexuais e transgêneros brasileiras*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

FRANCO, Neil. *Transmasculinidades e educação: interfaces entre Rio de Janeiro e Minas Gerais: impasses entre a educação básica e o ensino superior*. Neil Franco, Nayara Rios Cunha Salvador, Samuel Moreira de Araújo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

FOUCAULT, M. Poder-corpo. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, M. *Estética, ética y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1999. v. III.

FOUCAULT, M. *Os anormais*. Ed. São Paulo. Martins e fontes. 2002.

FOUCAULT, M. *Os anormais*. Buenos Aires: FCE, 2002.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade volume I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 2007.

LUPTON, D. *The imperative of health*. London: Sage, 1995.

LOURO, G. L. O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MOLINA, Luana Pagano Peres. *Vamos Por Más: Mocha Celis Na Experiência Educacional Das Travestis E Transexuais*. São Paulo. Editora CRV, 2018.

NETTLETON, S. Governing the risky self, In: PETERSEN, A.; BUNTON, R. (Ed.), *Foucault, health and medicina* London: Routledge, 1997.

PEDRA, Caio Benevides. *Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020.

SANTOS, W. B. **Adolescência heteronormativa masculina**: entre a construção obrigatória e a desconstrução necessária. São Paulo: Editora Intermeios. 2016.

SANTOS, W. B.; SANT'ANNA, T. F.; DIAS, W. F.; FALEIRO, W. **O masculino e o feminino na escola: as contradições da norma e da forma discursivamente impostas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

SANTOS, W. B.; SANT'ANNA, T.F.; MOTA, M. C.; FALEIRO, W. **Suicídio universitário**: uma questão de identidade ou de profissionalização. Goiânia: Kelps, 2019.

SANTOS, João Bosco Cabral dos. **Por uma teoria do Discurso Universitário Institucional**. 2000. 330f. Tese (Doutorado em Linguística) – POSLIN/FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2000. Disponível em: [http://www.ileel.ufu.br/lep/wp-content/uploads/2014/11/tese\\_joaobosco.pdf](http://www.ileel.ufu.br/lep/wp-content/uploads/2014/11/tese_joaobosco.pdf).

SANT'ANA, D. B. O corpo entre antigas referências e novos desafios. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v. 5, n, 2, p. 275-284, 1997.

SARLET, Wolf Gang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 6ª ed. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2008, p. 88/89.

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Nota de repúdio a quaisquer formas de discriminação e de preconceito racial. Data da publicação: 03/05/2019. Disponível em: <https://ce.ufes.br/conteudo/nota-de-repudio-quaisquer-formas-de-discriminacao-e-de-preconceito-racial>. Acesso em 12 de março de 2024.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Nota de repúdio a todas as formas de discriminação e de preconceito racial. Data da publicação: 24/08/2022. Disponível em:

<https://portal.ufrj.br/nota-de-repudio-a-todas-as-formas-de-discriminacao-e-de-preconceito-racial/>. Acesso em 12 de março de 2024.

Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. Nota de repúdio contra a discriminação e intolerância. Data da publicação: 11/10/2023. Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/noticias\\_ler.php?codigo\\_noticia=10194](https://www.ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=10194). Acesso em 12 de março de 2024.

VIGARELLO, G. Panópias corretoras: balizas para uma história. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

HALL, S. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, T. (Org.), *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

## **CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS**

**Autor 1 – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.**

**Autor 2 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.**

**Autor 3 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.**

## DECLARAÇÃO

Declaro não estar submetido a qualquer tipo de conflito de interesse junto aos participantes ou a qualquer outro colaborador, direto ou indireto, para o desenvolvimento do artigo científico intitulado "(CORPOS, SOCIEDADE E ESPAÇOS ACADÊMICOS: IDENTIDADES SUBALTERNAS E O DESAFIO DA CIDADANIA)", cujos pesquisadores envolvidos são: "(Welson Barbosa Santos; Paulo Vitor Teodoro de Souza; Flavia Borges Alves)".


Declaro ainda que minha atuação como pesquisador é independente, autônoma e comprometida com o interesse precípua de defesa de direitos e a segurança do(s) participante(s) de pesquisa nos termos da Resolução 466/12 e demais diretrizes éticas em pesquisas envolvendo seres humanos.

Uberlândia, 17 de abril de 2024.

(local) (dia) (mês) (ano)

Dr. WELSON BARBOSA SANTOS

Nome completo do(a) Pesquisador(a)

 Documento assinado digitalmente  
WELSON BARBOSA SANTOS  
Data: 17/04/2024 12:17:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.